

# PLANO ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Alimentação saudável,  
reflorestamento produtivo,  
conservação de  
florestas e  
sociobioeconomia



SECRETARIA DA  
AGRICULTURA FAMILIAR



1ª VERSÃO

Belém - Pará, dezembro de 2023



**HELDER ZAHLUTH BARBALHO**  
Governador do Estado do Pará

**HANNA GHASSAN**  
Vice-Governadora do Estado do Pará

**CÁSSIO ALVES PEREIRA**  
Secretário de Estado da Agricultura Familiar

**JOSÉ CRISTIANO MARTINS NUNES**  
Secretário Adjunto da Agricultura Familiar

**IVANIZE DOS SANTOS CARVALHO**  
Diretora de Administração e Finanças

**MAGNALDO MENESES DE ANDRADE**  
Diretor de Agricultura Familiar

**ANDERSON BORGES SERRA**  
Diretor de Organização Produtiva e Comunidades Tradicionais

**VICENTE DE PAULA MIRANDA VASCONCELOS**  
Coordenação Abastecimento e soberania alimentar

**GETÚLIO DA SILVA JALES**  
Coordenação de Fomento à Produção Sustentável e Agroindustrialização

**ALINE CRISTINA CORRÊA FIGUEIREDO**  
Coordenação Organização Produtiva, Comercialização e Cooperativismo

**JOSIMAR CUNHA VASCONCELOS**  
Coordenação de Sociobioeconomia e Proteção dos Territórios, Saberes e Comunidades Tradicionais



### **Elaboração**

Cássio Alves Pereira  
Anderson Borges Serra

### **Contribuições ao texto**

Aline Cristina Corrêa Figueiredo  
Magnaldo Menezes de Andrade  
Getúlio da Silva Jales

### **Mobilização e realização das conferências**

José Cristiano Martins Nunes  
Magnaldo Menezes de Andrade  
Benedito Pompeu Portilho – Chefe de Gabinete  
Leonardo Fagundes dos Santos – Gerente Regional Marajó  
Rosivaldo Paiva Galdino – Gerente Regional do Caetés  
Livaldo Sarmento da Silva – Gerente Regional do Baixo Amazonas  
Luis Lima Oliveira – Gerente Regional Carajás  
Valdir Manoel da Silva – Gerente Regional Araguaia  
Luiz Carlos da Silva Santos – Gabinete do Secretário

### **Realização das conferências e sistematização das propostas**

José Cristiano Martins Nunes  
Magnaldo Menezes de Andrade  
Aline Cristina Corrêa Figueiredo  
Getúlio da Silva Jales, Pedagogo  
Vicente de Paula Miranda Vasconcelos  
Josimar Cunha Vasconcelos  
Dinael Moreira da Silva  
Josué Almeida dos Anjos

## Sumário

Apresentação .....	7
1. Introdução .....	8
1.1 O papel da agricultura familiar e das comunidades tradicionais na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.....	8
1.2 Quem são e onde estão os agricultores familiares e as comunidades tradicionais no território paraense .....	8
1.3 A importância dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais na promoção da sociobioeconomia, produção de alimentos saudáveis e conservação de florestas.....	9
1.4. Desafios a serem enfrentados na promoção do desenvolvimento da AFCT, no Pará .....	11
2. O plano estadual da agricultura familiar e comunidades tradicionais.....	13
2.1 O processo de construção do plano.....	13
2.2 Objetivo do Plano .....	16
2.3 Público-alvo .....	16
2.4 Diretrizes.....	16
2.5 Cadeias de produção priorizadas nas regiões de integração.....	16
2.6 Linhas temáticas e ações prioritárias .....	19
2.6.1 Fontes de energias renováveis .....	19
2.6.2 Reflorestamento produtivo com plantios consorciados para reflorestamento de áreas degradadas.....	19
2.6.3 Sociobioeconomia, serviços ambientais e conservação de florestas.....	20
2.6.4 Formação e qualificação.....	21
2.6.5 Juventude e mulheres rurais .....	21
2.5.6 Associativismo e cooperativismo .....	22
2.6.7 Assistência técnica e extensão rural.....	22
2.6.8 Crédito rural produtivo e fundiário .....	23
2.6.9 Regularização fundiária e ambiental .....	24
2.6.10 Produção de alimentos saudáveis, transição agroecológica e segurança alimentar.....	24
2.6.11 Inovações tecnológicas e acesso a máquinas e insumos agrícolas.....	25
2.6.12 Agroindustrialização.....	26
2.6.13 Comercialização e mercados .....	27
2.7 Gestão do Plano .....	28
2.7.1 O papel do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	28
2.7.2 Plataforma Estadual de Informações sobre Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais	29
2.7.3 Fontes de financiamento.....	29

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Territórios de agricultores familiares e comunidades tradicionais no Estado do Pará. Elaboração: SEAF, 2023.....	9
Figura 2: Participação da agricultura familiar na produção de alimentos (Fonte: IBGE, 2017).....	10
Figura 3: Produção de andiroba 01 (Carapa guianensis), babaçu 02 (Attalea speciosa) Murumuru 03 (Astrocaryum murumuru). Fotos: A. Serra (2022).....	10
Figura 4: Série histórica da produção de arroz e feijão no Estado do Pará. Fonte: PAM - Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023). ....	11
Figura 5: Plantio de cacau "solteiro a pleno sol" na Volta Grande do Xingu e Sementes de Cumaru (Dipteryx odorata) na Reserva Extrativista do Iriri. Foto: A. Serra, 2022. ....	12
Figura 6: Condição dos agricultores familiares no Estado do Pará em relação ao processamento da produção, integração aos mercados e uso de defensivos agrícolas. Fonte: IBGE (2017).....	12
Figura 7: Estratégia de construção do Plano Estadual da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais - PEAFACT. ....	13
Figura 8: Registro fotográfico da realização das conferências regionais.....	14
Figura 9: Linhas temáticas de referência para realização dos trabalhos de grupo nas conferências. ....	15
Figura 10: Discussão sobre as cadeias produtivas prioritárias e definição de ações estratégicas para o plano com (01) orientações dos procedimentos metodológicos em Santarém e realização de trabalhos de grupo em Belém (02), Redenção (03) e Marabá (04). ....	15
Figura 11: Panorama geral de algumas cadeias produtivas priorizadas a partir de regiões de integração do estado. ....	17

## LISTA DE SIGLAS

AFCT	Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
Banpará	Banco do Estado do Pará
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Pará
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa
FETAGRI/PA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará
FETRAF/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Pará Conselho
GEE	Gases de Efeito Estufa
IF	Instituto Federal
ILPF	Integração Lavoura, Pecuária, Floresta
IN CRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MALUNGU	Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MCP	Movimento Camponês Popular
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PLANBIO	Plano Estadual de Bioeconomia
PRVN	Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa
PTS	Programa Territórios Sustentáveis que é um espaço de conexão e
PEAFCT	Plano Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais
PEAA	Plano Estadual Amazônia Agora
PEMC/PA	Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará
PEAPOS	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEAF	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Uepa	Universidade do Estado do Pará
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UnB	Universidade de Brasília

## Apresentação

A floresta amazônica mantém, em suas florestas, 73 bilhões de toneladas de carbono superficial e pela sua diversidade e extensão territorial continental, desempenha papel central na conservação da biodiversidade do planeta, além de realizar funções essenciais para o bem-estar humano e processos ecológicos em diferentes escalas. O Estado do Pará detém cerca de 100 milhões de hectares de florestas que se encontram em diferentes graus de conservação. Além dessa importância ecológica, a floresta contribui também para os meios de vida de comunidades tradicionais e agricultores familiares que fazem uso dessas áreas para sua reprodução socioeconômica, preservação de suas tradições e cultura, bem como produção de alimentos, bens e serviços. No entanto, toda essa riqueza natural está ameaçada por atividades humanas que têm causado profundas transformações na paisagem florestal. Nesse contexto, as maiores preocupações atualmente são o desmatamento (corte raso da floresta), a degradação florestal e a escalada de ocorrência de queimadas e incêndios florestais. Além das atividades humanas, as paisagens também estão sendo afetadas por extremos climáticos, com recorrência de secas severas que aumentam a sua vulnerabilidade.

Por outro lado, nos últimos anos, sob a liderança do Governador Helder Barbalho, o Pará assumiu protagonismo na agenda de floresta e clima e tem avançado numa nova estratégia que integra o desenvolvimento do Estado com a conservação da “floresta Viva” e que inclui a realização da Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (COP 30), na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. A COP 30 será realizada em novembro de 2025 e reunirá todos os países signatários da Convenção Mundial do Clima.

Nessa estratégia, os agricultores familiares e as comunidades tradicionais têm papel central no novo modelo de desenvolvimento do Estado do Pará porque são a grande maioria das pessoas que vivem no campo, produzem mais de 2/3 dos alimentos consumidos pela população urbana e rural paraense e conservam cerca de 27,5 milhões de hectares de florestas (em torno de 28% do total) em seus territórios. Por sua importância devem ser alvo prioritário de políticas públicas, planos, programas e projetos. Nesse sentido, o Governo do Pará por meio da sua recém-criada Secretaria de Estado da Agricultura Familiar está lançando o Plano Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais do Pará, que é apresentado neste documento.

O documento apresenta uma introdução que trata do papel da agricultura familiar e das comunidades tradicionais na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, explica quem são e onde estão estes atores no território paraense e a sua importância na promoção da sociobioeconomia, produção de alimentos saudáveis, geração de trabalho e conservação das florestas, bem como alguns desafios que precisam ser enfrentados na promoção do seu desenvolvimento. Na segunda parte do documento é apresentado o Plano Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais (PEAFCT), mostrando o seu processo de construção, objetivos, público-alvo e suas diretrizes. A terceira parte apresenta as principais cadeias de produção identificadas como prioritárias pelos 1.198 AFCT das diferentes regiões de integração dos Estado que participaram das seis Conferências Regionais realizadas com representantes de municípios das 12 regiões de integração do estado. Na sequência, são descritas as 13 linhas temáticas do Plano e 88 ações apresentadas como prioritárias para promoção o desenvolvimento da AFCT. Essas ações foram priorizadas entre as 425 propostas apresentadas nas Conferências. O documento apresenta ainda considerações sobre a gestão do Plano que inclui a construção de uma Plataforma Eletrônica de Informações sobre a AFCT e encerra com a indicação de fontes de financiamento para o Plano.

## 1. Introdução

### 1.1 O papel da agricultura familiar e das comunidades tradicionais na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O Estado do Pará vive um novo momento do seu desenvolvimento. Em 2020 foi instituída a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA) e estruturado o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) com adoção de incentivo à atividades que promovam a mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a prevenção, o controle e alternativas ao desmatamento, o incentivo à produção sustentável, ao reflorestamento de áreas degradadas e atração de investimentos para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, entre outras estratégias ambientais, econômicas, financeiras e fiscais para produção sustentável com proteção ambiental. Desta forma, o Estado do Pará está promovendo um novo modelo para a agropecuária paraense integrando os objetivos de conservação, restauração e produção sustentável.

À luz deste referencial estratégico, outras iniciativas foram estabelecidas no Pará, entre elas: o Plano Estadual de Bioeconomia (PLANBIO), o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN) e o Programa Territórios Sustentáveis (PTS) que é um espaço de conexão e integração entre atores dos setores público, privado e sociedade civil para dar escala e efetividade às iniciativas de promoção de uma economia de baixa emissão carbono no Estado. Nesse sentido, o Plano Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais (PEAFCT) cumpre um papel de contribuir com essa estratégia do Governo do Pará, em especial para a execução do Programa Territórios Sustentáveis, focando na mobilização e organização dos atores governamentais e da sociedade civil organizada, pactuação e implementação de projetos e ações que promovam a produção de alimentos saudáveis, a conservação das florestas, o reflorestamento produtivo e a sociobioeconomia nos territórios de agricultores familiares e de comunidades tradicionais, por entender que esses agentes socioeconômicos do campo são estratégias para a implementação efetiva de ações voltadas a promoção de uma economia de baixa emissão de carbono.

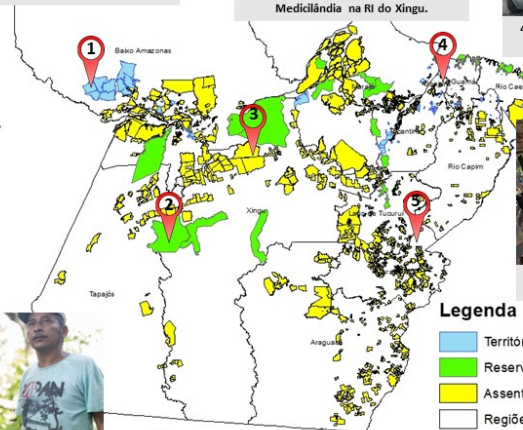
### 1.2 Quem são e onde estão os agricultores familiares e as comunidades tradicionais no território paraense

Agricultores familiares são aqueles que desenvolvem atividades econômicas no meio rural, possuem estabelecimentos rurais com até 04 módulos fiscais, utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família em suas atividades e possuem a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agrícolas e extrativistas. Comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, bem como praticam agricultura familiar.

Os AFCT são os agricultores urbanos e periurbanos, assentados da reforma agrária, colonos, chacareiros, horticultores, pequenos produtores rurais, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, açazeiros, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros e andirobeiras. Essas famílias estão nos 144 municípios do estado do Pará em áreas de colonização da década de 70, nas proximidades das cidades e vilas, nas comunidades tradicionais ribeirinhas, em 23 reservas extrativistas, 1.030 assentamentos rurais de reforma agrária e mais de 500 comunidades quilombolas (ver Figura 1).

## AFCT tem presença expressiva em todo o estado do Pará.

- Áreas de colonização.
- Proximidades das cidades e vilas.
- Nas comunidades tradicionais ribeirinhas.
- Em unidades de conservação de uso sustentável
- Em Comunidades Quilombolas;
- E Assentamentos Rurais;



SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR GOVERNO DO PARÁ

Fonte: Malungu (2023), INCRA 2023 e ICMBIO (2023).

Figura 1: Territórios de agricultores familiares e comunidades tradicionais no Estado do Pará. Elaboração: SEAF, 2023.

### 1.3 A importância dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais na promoção da sociobioeconomia, produção de alimentos saudáveis e conservação de florestas.

No estado do Pará, os agricultores familiares e as comunidades tradicionais paraenses representam entre 250 e 300 mil famílias que vivem e produzem no campo, nas águas e na floresta e são detentoras de extensas áreas de floresta nativa, correspondendo a 27,5% da vegetação nativa do Pará (26,8 milhões de hectares) predominantemente de florestas em diferentes graus de conservação que precisam ser melhor aproveitadas pela sociobioeconomia familiar e comunitária. Além disso, possuem extensas áreas com vegetação nativa degradada (produtivas e improdutivas) em que parte dessas terras podem ser reflorestadas com atividades produtivas sustentáveis com sistemas agroflorestais (SAFs) e sistemas integrados de lavoura, pecuária e florestas (ILPF) para ampliar a oferta de alimentos saudáveis de forma integrada com conservação ambiental

Os AFCT são responsáveis pela maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos paraenses (mandioca, hortaliças, grãos, produção de leite, mel, pequenos animais, cupuaçu, banana, maracujá e outras frutas), são os principais produtores de pimenta-do-reino, açaí e cacau, produtos relevantes na pauta de exportação paraense, bem como pela oferta dos produtos da sociobioeconomia (andiroba, castanha, borracha, babaçu, pupunha, copaíba).

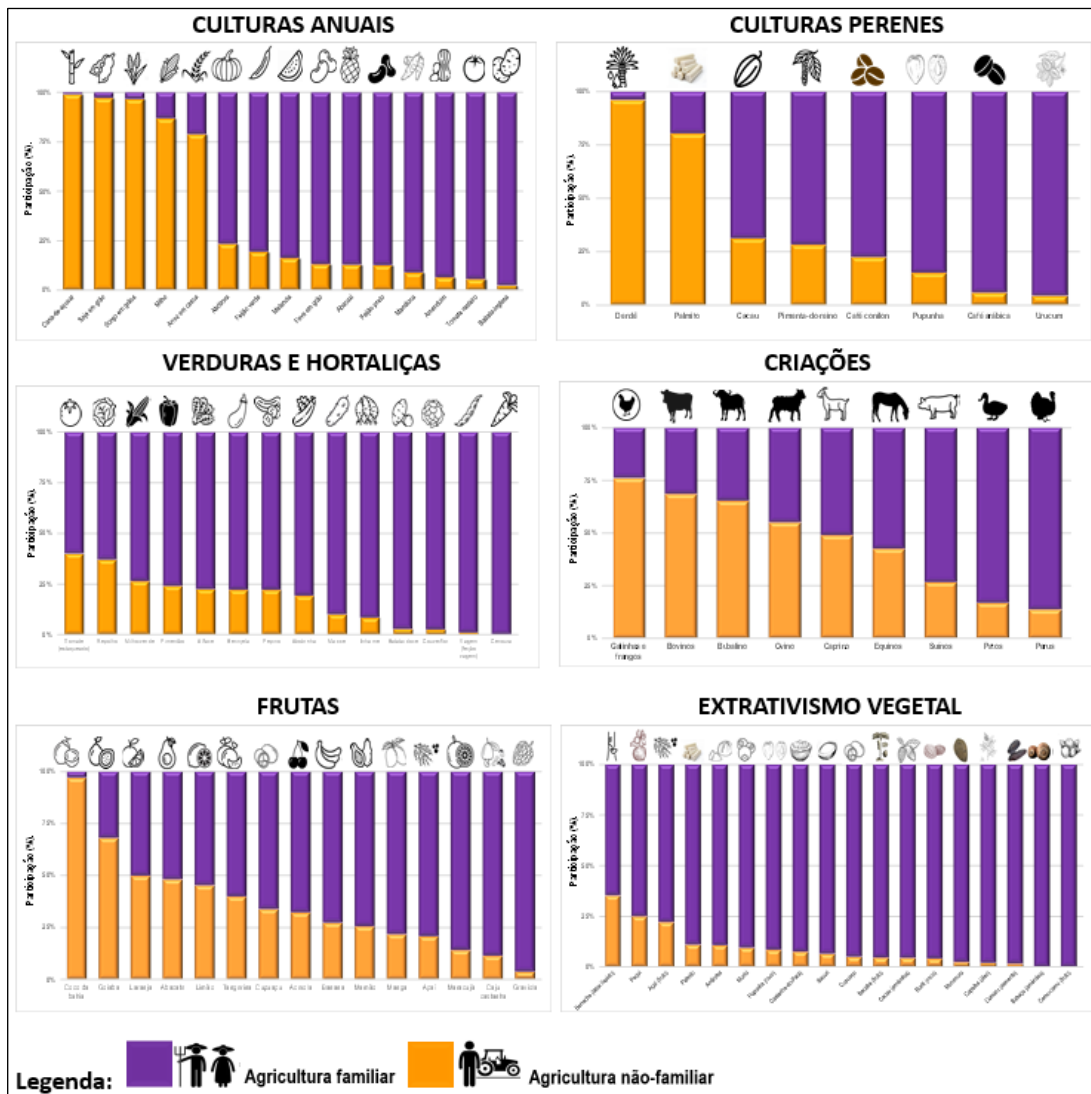


Figura 2: Participação da agricultura familiar na produção de alimentos (Fonte: IBGE, 2017).



Figura 3: Produção de andiroba 01 (*Carapa guianensis*), babaçu 02 (*Attalea speciosa*) Murumuru 03 (*Astrocaryum murumuru*).  
Fotos: A. Serra (2022).

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. (2023). *Censo agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 06 de maio de 2023, de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>

» <https://sidra.ibge.gov.br>

## 1.4. Desafios a serem enfrentados na promoção do desenvolvimento da AFCT, no Pará

A segurança alimentar sofre algumas ameaças no Estado do Pará. A produção de arroz e feijão, produtos básicos da alimentação dos paraenses e práticas tradicionais dos AFCT, vem reduzindo nos últimos anos. Em 2004, a produção estadual de arroz e feijão girava em torno de 600.000 t e 70.000 t de grãos e em 2019, reduziu para 100.000 t e 20.000 t, respectivamente.

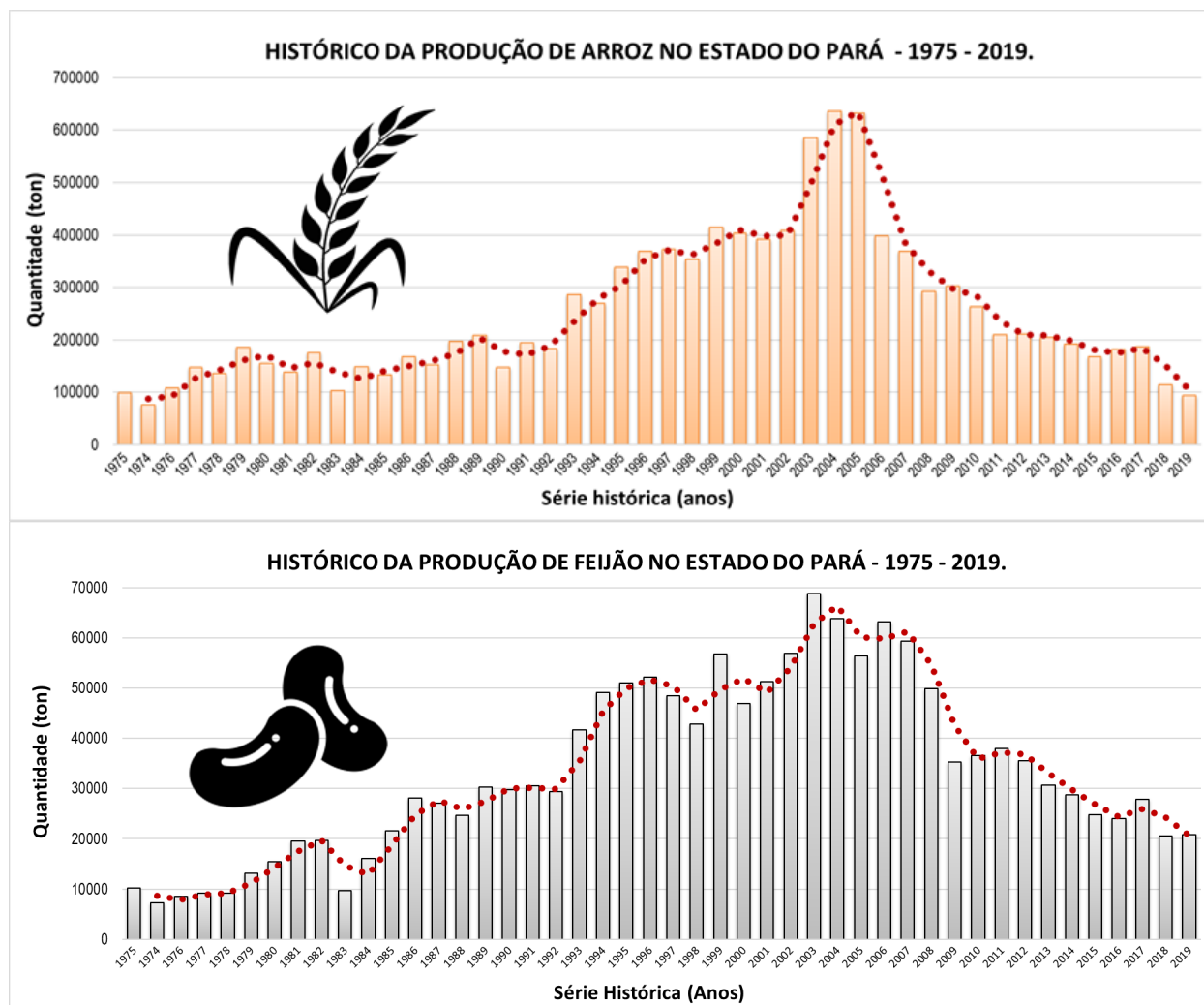


Figura 4: Série histórica da produção de arroz e feijão no Estado do Pará. Fonte: PAM - Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Outros dois produtos bem característicos da AFCT que estão em evidência, tem excelente mercado atualmente e grande potencial de sustentabilidade, o açaí e o cacau, também precisam de atenção. A “açaização”, ou seja, o processo de homogeneização das áreas de extrativismo do açaí com eliminação drástica das espécies nativas da floresta acompanhantes dos açaizeiros e a expansão do cultivo de cacau solteiro à pleno sol que deixa susceptível os cacauzeiros às variações climáticas e a ocorrência da praga da Monilíase são ameaças que precisam ser enfrentadas.

A bioeconomia tem se apresentado como uma oportunidade de valorizar e conservar “a floresta viva” ao mesmo tempo em que contribui para melhorar a qualidade de vida das comunidades tradicionais da Amazônia. No entanto, na realidade dos AFCT paraenses o conceito mais ajustado é a bioeconomia da sociobiodiversidade ou sociobioeconomia. Uma bioeconomia sem distribuição dos benefícios para as comunidades detentoras dos “territórios, saberes e sabores” não desperta interesse e a “comoditização” dos produtos da floresta pode se tornar uma grande ameaça ao invés de uma oportunidade.

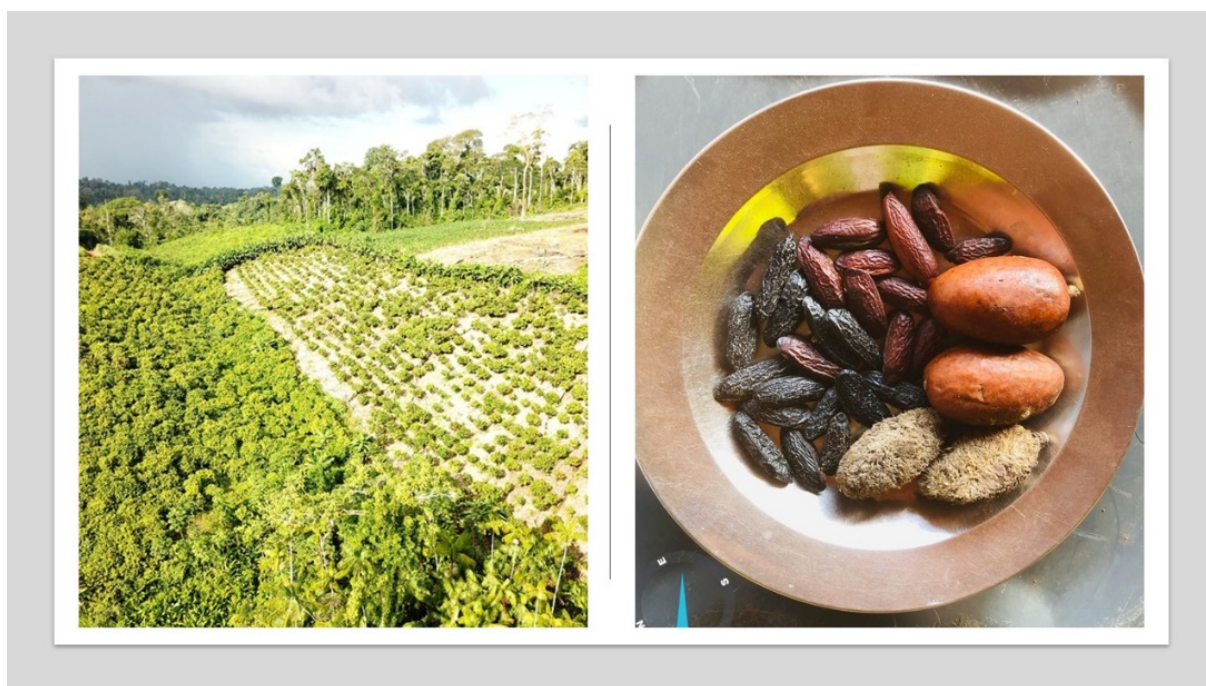


Figura 5: Plantio de cacau "solteiro a pleno sol" na Volta Grande do Xingu e Sementes de Cumaru (*Dipteryx odorata*) na Reserva Extrativista do Iriri. Foto: A. Serra, 2022.

A ATER é um serviço básico fundamental para os AFCT. No entanto, segundo o Censo Agropecuário de 2017, quando perguntados se recebiam ATER de forma plena, apenas 5% dos agricultores familiares responderam “sim”, demonstrando a extrema carência deste serviço fundamental. Da mesma forma, há grande demanda por agroindustrialização da produção, pois apenas 35% dos agricultores familiares realizam algum tipo de agregação aos seus produtos. O uso de defensivos agrícolas tem aumentado nos últimos anos, haja vista que 14% dos AFCT afirmam já fazer uso de algum agrotóxico nas suas práticas produtivas, o que exige cuidados e orientação técnica para evitar danos à saúde e ao meio ambiente. Em alguns municípios, a AFCT ainda carece de maior integração aos mercados, considerando que 5% dos agricultores familiares produzem, mas não comercializam sua produção, o que é contraproducente para estratégias de segurança alimentar e controle do preço de alimentos (ver Figura 6).

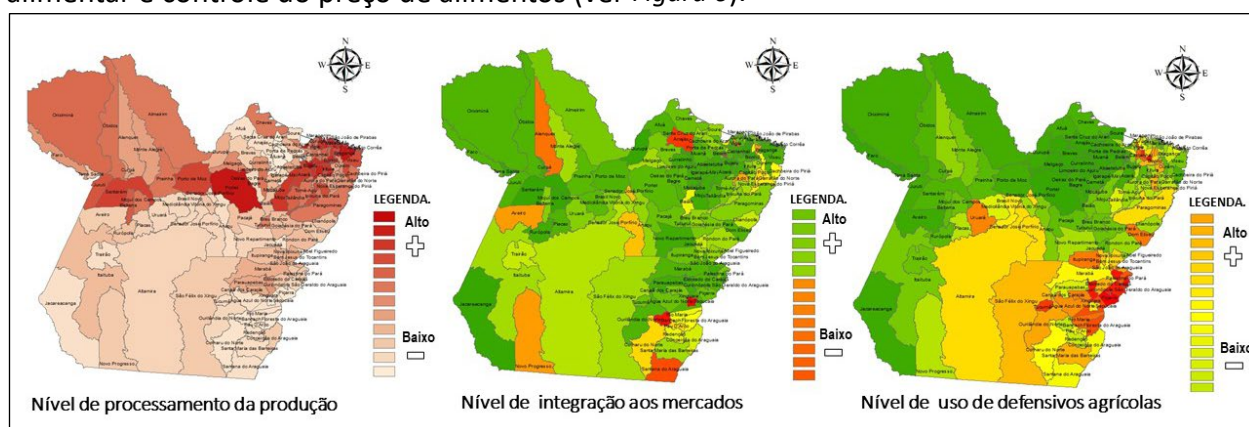


Figura 6: Condição dos agricultores familiares no Estado do Pará em relação ao processamento da produção, integração aos mercados e uso de defensivos agrícolas. Fonte: IBGE (2017).

Outros temas como a regularização fundiária e ambiental, a penosidade do trabalho e as dificuldades de acesso ao crédito produtivo e fundiário são recorrentes e também devem ser considerados.

## 2. O plano estadual da agricultura familiar e comunidades tradicionais

A Lei Nº 9.899 de 02 maio de 2023 criou a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF) com a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar e das comunidades tradicionais no Estado do Pará e vinculou à SEAF o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Imediatamente após a sua implantação, a SEAF iniciou a construção do Plano Estadual da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais (PEAFCT) como forma de orientar as suas ações de curto, médio e longo prazos e, da mesma forma, iniciou o processo de recriação e recomposição do CEDRS como espaço de formulação, acompanhamento e controle social das políticas públicas, programas e projetos relacionados com a AFCT. Portanto, o PEAFACT é uma ferramenta de planejamento, pactuação de compromissos entre os atores da agricultura familiar e das comunidades tradicionais e orientação de ação da SEAF na condução e articulação de políticas públicas, programas e projetos.

### 2.1 O processo de construção do plano.

O PEAFACT foi construído orientado pelos princípios de institucionalização e de legitimidade social. Nesse sentido, o primeiro passo foi iniciar a recomposição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável como fórum legítimo de discussão, elaboração, monitoramento e concertação de políticas públicas a partir do engajamento de seus membros. Em seguida a realização de conferências regionais que contaram com a participação de municípios de todas as regiões de integração e das diversas instituições públicas, sociedade civil e organizações representativas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

A partir dessa consulta, foram definidas ações prioritárias levando em conta todas as propostas apresentadas nas conferências, em um total de 425, mas que foram avaliadas uma a uma para servirem de referência para a definição de ações prioritárias e estratégicas de promoção dos agricultores familiares e comunidades tradicionais que são referendadas na Conferência Estadual para se chegar ao passo final de plano elaborado.

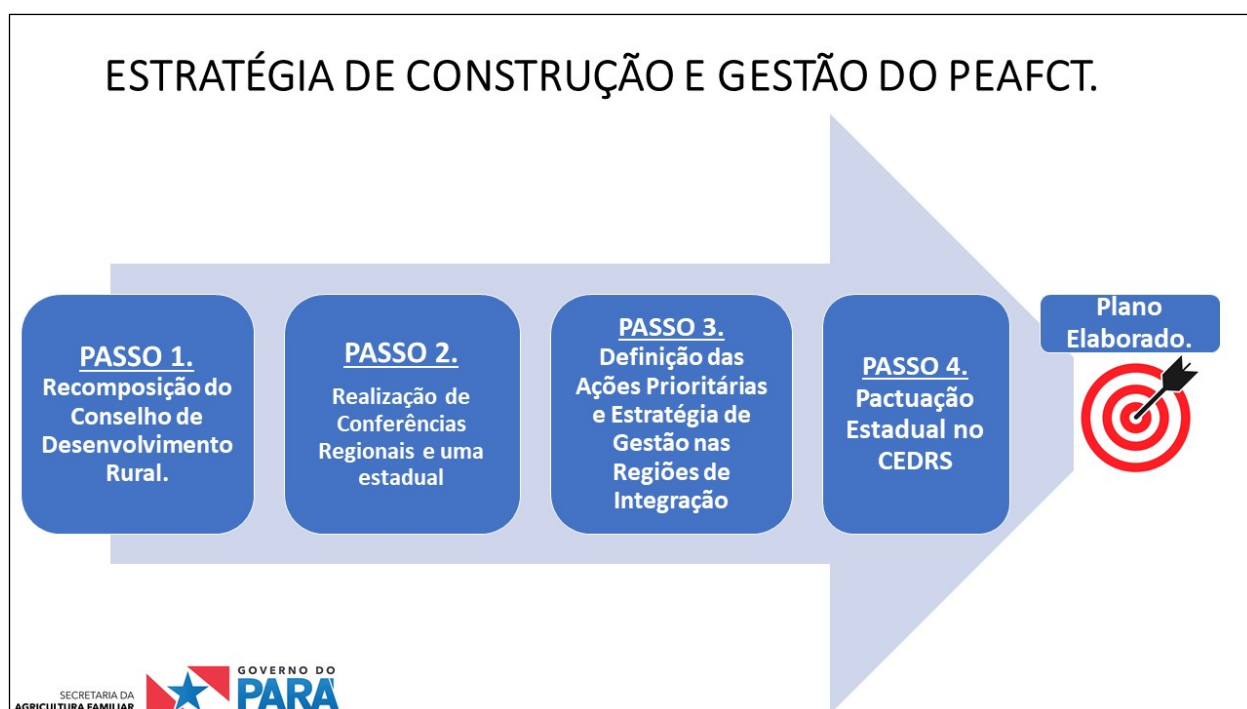


Figura 7: Estratégia de construção do Plano Estadual da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais - PEAFACT.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) recomposto passou de uma formação com 30 conselheiros e conselheiras, composição paritária entre governos e sociedade civil organizada, para 64 membros, também com a mesma lógica de paridade. Essa ampliação justifica-se pela necessidade de adequação do conselho as mudanças dos governos, que nos últimos anos passou pela criação de novas secretarias e instituições com ação relacionada ao desenvolvimento rural, bem como o surgimento de novas entidades representativas dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais.

Para elaboração do Plano, foram realizadas seis conferências regionais em cidades polo onde participaram representantes de instituições governamentais de prefeituras, entidades dos governos do estado e federal, bem como de entidades representativa dos agricultores familiares e comunidades tradicionais, sendo essas, sindicatos, associações, cooperativas, clube de mães. organizações não-governamentais com atuação em ações de desenvolvimento rural sustentável também foram convidadas.



Figura 8: Registro fotográfico da realização das conferências regionais.

Durante as conferências adotou-se uma metodologia de criação de grupos de trabalho organizados por regiões de integração, que se reuniram e definiram as cadeias de produção existentes nas regiões e priorizaram as principais. Ainda nos grupos de trabalho foram apresentadas propostas de ações que deveriam ser contempladas por eixo temático, por sua vez definidos a partir de linhas de ação estratégica adotadas nacionalmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, e por conseguinte seguir uma forma consolidada de conceber políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável com ênfase para a promoção da agricultura familiar e comunidades tradicionais. Foram 13 as linhas temáticas. Todas elas buscando identificar as principais cadeias produtivas por região de integração em um processo de escuta sobre o que a Agricultura Familiar e as Comunidades Tradicionais esperam da SEAF com relação a cada eixo apresentado anteriormente.

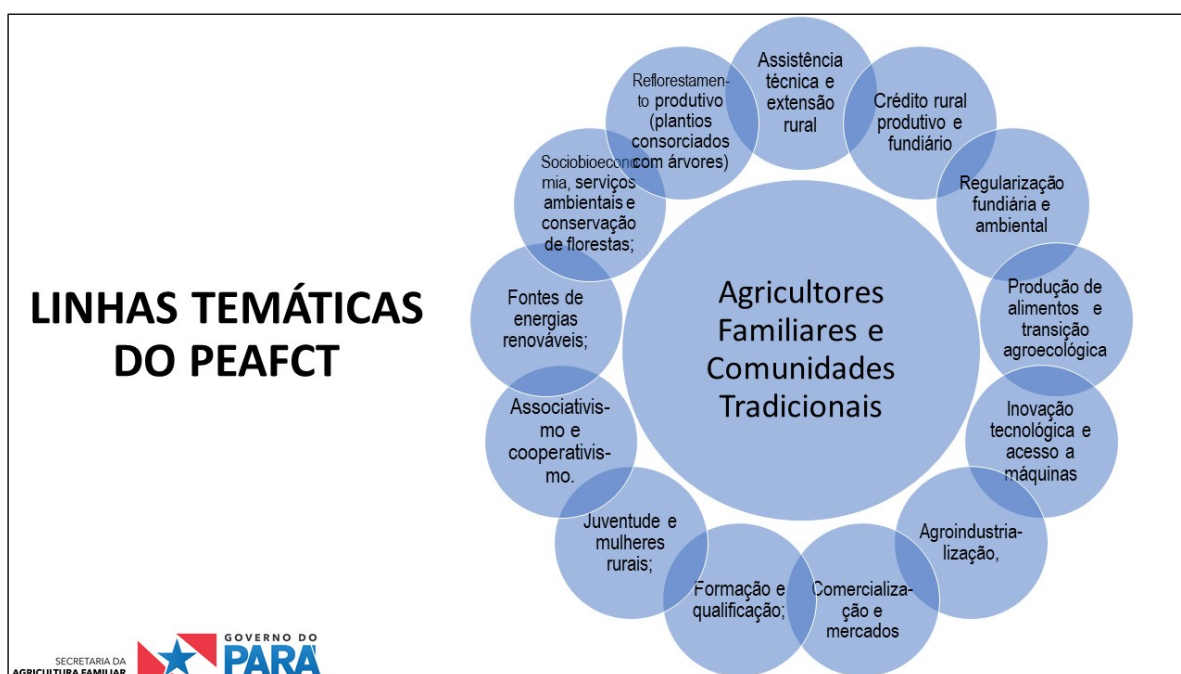


Figura 9: Linhas temáticas de referência para realização dos trabalhos de grupo nas conferências.



Figura 10: Discussão sobre as cadeias produtivas prioritárias e definição de ações estratégicas para o plano com (01) orientações dos procedimentos metodológicos em Santarém e realização de trabalhos de grupo em Belém (02), Redenção (03) e Marabá (04).

## 2.2 Objetivo do Plano

Orientar a ação da SEAF e de seus parceiros institucionais na condução e articulação de políticas públicas, programas e projetos que visam a produção de alimentação saudável, a conservação das florestas, o reflorestamento produtivo e a promoção da sociobioeconomia nos territórios da agricultura famílias e das comunidades tradicionais.

## 2.3 Público-alvo

Agricultores familiares rurais, urbanos e periurbanos, assentados da reforma agrária, colonos, chacareiros, horticultores, pequenos produtores rurais, ribeirinhos, extrativistas e outros povos tradicionais como quilombolas, açazeiros, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros e andirobeiras.

## 2.4 Diretrizes

- ✓ Apoiar a transição agroecológica para ampliar a produção de alimentos saudáveis, reduzindo o seu custo e viabilizando o acesso da população;
- ✓ Universalizar o acesso da população mais carente aos alimentos básicos e combater a fome;
- ✓ Melhorar a renda e a qualidade de vida dos povos do campo e das florestas;
- ✓ Valorizar e apoiar as comunidades tradicionais na defesa dos seus territórios e na proteção de suas culturas e tradições;
- ✓ Contribuir para redução dos efeitos das mudanças climáticas incentivando a produção agroflorestal de baixo carbono;
- ✓ Valorizar a economia da sociobiodiversidade no Estado do Pará;
- ✓ Promover a inclusão socioproductiva de jovens e mulheres rurais;
- ✓ Agir de forma articulada com as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil para integrar ações de apoio a AFTC.

## 2.5 Cadeias de produção priorizadas nas regiões de integração

A estratégia de produção da mandioca demanda a manutenção da grande diversidade de variedades de mandioca crioulas que são adaptadas para os diversos usos como farinha de mandioca, fécula, macaxeira para consumo familiar, produção de goma, tucupi e outros produtos derivados. Nas regiões de colonização mais antiga há demanda pela introdução de novas variedades de alta produtividade e resistentes a pragas e doenças que tem aumentado, expressivamente, nos últimos anos. As hortaliças também despontam entre as culturas de ciclo curto e se apresentam como alternativa produtiva para o entorno dos centros urbanos, com uso controlado de insumos e defensivos agrícolas e por meio da produção orgânica. O feijão caupi tem ocorrência mais localizada no Caetés, região tradicional produtora desta cultura, no entanto, com relatos de redução do interesse pelos agricultores familiares.

A fruticultura em sistemas agroflorestais desponta entre os cultivos permanentes, com destaque para a expansão do açaí e interesse em cupuaçu, banana, acerola, citrus e melancia. O abacaxi em monocultivo se destaca na região do Araguaia, onde se localiza o município de Floresta do Araguaia maior produtor do estado. Outros dois polos de interesse pelo abacaxi são os municípios de Salvaterra, no Marajó e Barcarena, na região Tocantina. As regiões de Carajás e Araguaia tem interesse em implantar “Polo de fruticultura familiar irrigada” com foco na diversificação da produção e restauração florestal produtiva das áreas de pastagens degradadas.

O cacau cultivado é prioridade nas regiões do Xingu e Araguaia e na região Tocantina, no sistema de extrativismo áreas de várzea. O cultivo priorizado é em sistemas agroflorestais com foco na redução do desmatamento, restauração florestal de áreas degradadas e com controle fitossanitário para reduzir o risco de infecção pela “Monilíase”, doença do cacauzeiro causada pelo fungo *Moniliophthora roreri* que ataca os frutos e já foram encontrados focos no estado do Amazonas, vizinho ao estado do Pará, bem como alternativa a expansão do cultivo de cacau clonal solteiro à pleno sol.

Entre as culturas industriais a produção de pimenta-do-reino e dendê aparecem como prioridades nas regiões Tocantina e Capim, merecendo destacar a implantação de um novo modelo de produção de dendê em sistemas agroflorestais com culturas alimentares, em especial a mandioca, e cultivos permanentes como cacau, açaí e cupuaçu entre outros.

Em relação ao extrativismo vegetal, a parte oeste do Estado concentra o maior interesse dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais. Nas regiões do Xingu, Tapajós e Baixo Amazonas as cadeias de produção priorizadas incluem o cumaru, castanha, cacau, látex da seringueira, copaíba e andiroba e outras sementes florestais e o manejo florestal comunitário e familiar de madeira. Nas regiões Tocantina e Marajó a prioridade é o manejo dos “Açaizais nativos em consórcio com espécies da sociobiodiversidade da floresta” (andiroba, pracaxi, murumuru e manutenção das colmeias de abelhas nativas), ordenamento da cadeia de valor e controle da “Açaização”, ou seja, uma dinâmica recente de homogeneização da floresta, com supressão da floresta nativa e super adensamento das palmeiras de açaí nas áreas de extrativismo (ver Figura 11)

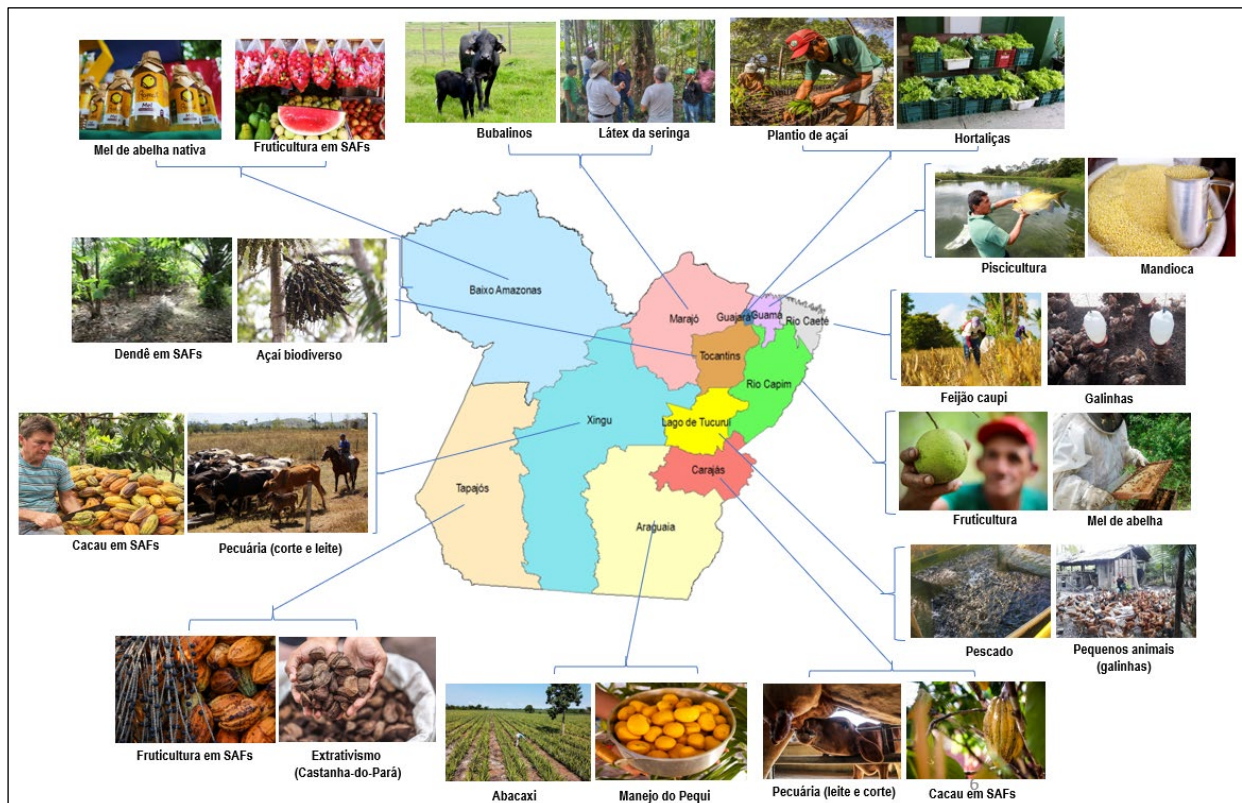


Figura 11: Panorama geral de algumas cadeias produtivas priorizadas a partir de regiões de integração do estado.

Entre as cadeias de produção animal a prioridade dominante nas regiões de integração foi a criação de pequenos animais, em especial de galinhas. Na maioria das regiões o sistema indicado como mais adaptado é de criação de “Frango Caipirão” ou de “Galinha Caipira” com

exploração do comércio de ovos caipira e da própria galinha que tem grande aceitação no mercado e maior valor.

Os agricultores familiares indicam que a criação de gado, em especial de bovinos, está presente em todas as regiões de integração por ser considerado um produto grande aceitação no mercado e de alta liquidez, ou seja, um tipo de “Poupança” das famílias. No entanto, como cadeia de produção, a pecuária foi identificada como prioritária na parte sudoeste do Estado (Regiões do Lago de Tucuruí, Carajás, Araguaia, Xingu, Tapajós e Baixo Amazonas) com predominância da produção de leite e seus derivados. No caso do Marajó e do Baixo Amazonas também foi priorizada a criação de búfalos para produção de carne e leite.

Por fim, a produção de mel tem despontado como uma cadeia de produção bastante promissora. A criação de abelhas italianas (*Apis mellifera*) ainda predomina como espécie dominante e com destaque para as áreas onde se cultiva espécies frutíferas. No entanto, a criação de abelhas nativas tem se expandido bastante nas áreas de agricultura familiar e de comunidades tradicionais como na região Tocantina e Marajó onde predominam os açazais nativos e as espécies de abelhas nativas cumpre papel fundamental na polinização das palmeiras de açaí e nas regiões do Baixo Amazonas e Tapajós onde os estoques de floresta nativa ainda são abundantes.

A tabela abaixo apresenta a relação das cadeias de produção identificadas como prioritárias, pelos agricultores familiares e comunidades tradicionais, para cada região de integração do Estado do Pará. Vale ressaltar que no exercício de priorização realizado durante as Conferências Regionais foram identificadas pelos participantes um número bem maior de cadeias de produção, o que reflete a grande diversidade de práticas de produção agroflorestal e pecuária, manejo e extrativismo adotadas. No entanto, a tabela apresenta uma síntese das cadeias predominantes.

Tabela 1: Relação de cadeias produtivas priorizadas em cada uma das regiões do Estado do Pará.

REGIÕES DE INTEGRAÇÃO	CADEIAS PRODUTIVAS PRIORITÁRIAS
Guajará	Açaí (plantio em SAFs e manejo biodiverso), Mandioca, Pequenos animais (galinhas), Pescado, Hortaliças e Fruticultura em SAFs
Marajó	Açaí (manejo biodiverso), Mandioca, Pecuária bubalina (Leite e derivados), Suinocultura, Hortaliças e Extrativismo (madeira, látex da seringueira e pescado)
Guamá	Fruticultura em SAFs e manejo de açaí biodiverso, Hortaliças, Mandioca, Mel de abelha e Pescado e Piscicultura
Caetés	Mandioca, Fruticultura em SAFs, Mel de abelha, Feijão Caupi e Pequenos animais (galinhas)
Capim	Mel de abelha, Mandioca, Fruticultura, Pequenos (galinhas) e médios animais, Dendê em SAFs
Tocantins	Açaí e cacau nativo (manejo biodiverso), Mandioca, Pimenta do reino, Dendê em SAFs e pequenos animais (galinhas)
Lago de Tucuruí	Pecuária leiteira, Pequenos animais (galinhas e ovos), Fruticultura em SAFs (banana e açaí), Pescado e mandioca
Carajás	Pecuária leiteira e de corte, Mandioca, Fruticultura em SAFs (açaí, cupuaçu e acerola), pequenos animais (galinhas), Mel de abelha
Araguaia	Cacau em SAFs, Pecuária leiteira e de corte, Abacaxi, Manejo do pequi, Pequenos animais (galinhas), Mel de abelha
Xingu	Cacau em SAFs, Fruticultura em SAFs (banana e açaí), Pequenos animais (galináceos), Mandioca, Pecuária leiteira e de corte, Extrativismo (castanha, látex da seringueira e sementes)
Tapajós	Mandioca, Pequenos animais (galinhas), Pecuária leiteira e de corte, Fruticultura em SAFs (cacau e banana), Extrativismo (cumarú, andiroba e castanha-do-Pará)
Baixo Amazonas	Fruticultura em SAFs (citrus, melancia, cupuaçu e abacaxi), Mandioca, Pecuária bovina e bubalina (leite e corte), Pequenos animais (galinhas), Mel de abelha nativa, Extrativismo (Cumarú, castanha, cacau, látex da seringueira, copaíba, andiroba, castanha, cumarú)

## 2.6 Linhas temáticas e ações prioritárias

Nas Conferências Regionais foram apresentadas um total 425 propostas de ações sendo que as propostas sem consistência foram excluídas e as repetidas foram agrupadas, de formas que abaixo são apresentadas as 88 propostas prioritárias distribuídas por cada eixo temático.

### 2.6.1 Fontes de energias renováveis

- ✓ Assegurar um espaço de debate, proposição e concertação de ações sobre o tema de geração e acesso a fontes de energia renovável dentro do CEDRS.
- ✓ Realizar estudos de viabilidade das fontes de energia alternativa para a atendimento a realidade dos agricultores familiares e comunidades tradicionais, proporcionando fundamentação técnica para o uso e descarte adequado de equipamentos de geração de energia alternativa.
- ✓ Propor incentivo fiscal e financeiro para acesso a instalação e assegurar compatibilidade com o custo de usa energia solar, bem como promover a divulgação das formas de acesso à linhas de crédito rural específicas para financiar a instalação de energia solar;
- ✓ Focar a aplicação das fontes de energias renovarias em contextos especiais a exemplo do atendimento as necessidades das comunidades isoladas, bem como a nova dinâmica de demanda de sistemas de irrigação adaptados à realidade dos AFCTs;
- ✓ Incentivar a instalação de sistemas individuais de pequenas indústrias de produção de bioinsumos para a favorecer as práticas agroecológicas e enfrentamento ao uso de defensivos agrícolas que se expandem na agricultura familiar;

### 2.6.2 Reflorestamento produtivo com plantios consorciados para reflorestamento de áreas degradadas.

- ✓ Criar o Programa “Floresta Produtiva Pará” em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar com objetivo de promover a recuperação de áreas degradadas com foco na produção de alimentos e geração de renda adaptados às especificidades de cada região de integração do estado.
- ✓ Promover o acesso a máquinas de pequeno porte (micromecanização) e implementos agrícolas (TrituCap) para preparo de área como alternativa ao uso de corte e queima de florestas.
- ✓ Utilizar a metodologia de unidades demonstrativas com tecnologias testadas pela EMBRAPA e outras instituições de pesquisa para divulgação dos sistemas agroflorestais mais adaptados ao reflorestamento produtivo em áreas degradadas;

- ✓ Aperfeiçoar a legislação que regulamenta a implantação de sistemas agroflorestais em áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente, e também a produção de carvão vegetal de forma legal tornando-a mais adequada a realidade dos agricultores familiares e comunidades tradicionais,
- ✓ Fomentar a implantação de quintais agroflorestais promovendo a produção de hortaliças, frutíferas, pequenos animais e plantas medicinais nas áreas de agricultura urbana e periurbana;
- ✓ Aperfeiçoar e criar novas linhas de crédito rural e incentivos fiscais e financeiros para favorecer o acesso a insumos de produção necessários a implantação de sistemas agroflorestais;
- ✓ Implantar rede de coleta, armazenamento e distribuição de sementes florestais e de sementes crioulas de cultivos alimentares, e sistematizar iniciativas de coleta e destruição de sementes em um banco de dados de acesso público;
- ✓ Fomentar a instalação de viveiros coletivos e individuais para produção de mudas de espécies frutíferas e florestais para suporte à expansão do reflorestamento produtivo e recuperação de áreas degradadas;

### 2.6.3 Sociobioeconomia, serviços ambientais e conservação de florestas

- ✓ Criar na Plataforma Estadual de Informações sobre Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais um recorte para produtos da sociobiodiversidade a fim de divulgação e sensibilização da importância da produção e consumo desses produtos como estratégia de conservação de florestas;
- ✓ Assegurar que as políticas públicas estaduais de pagamento por serviços ambientais e mercado de carbono valorizem e proporcionem a justa distribuição de benefícios aos agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Consolidar os mercados para produtos da sociobiodiversidade com a criação fundos, políticas de preço mínimo e ampliação do acesso aos mercados institucionais;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento tecnológico, regularização sanitária, aperfeiçoamento gerencial de bio-empresendimentos e agroindustrialização como estratégia de agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade;
- ✓ Criar o selo estadual e incentivar a criação de marcas regionais como estratégia de valorização dos produtos da sociobiodiversidade;

## 2.6.4 Formação e qualificação

- ✓ Valorizar a construção de conhecimento que integre os saberes tradicionais e técnico-científico a modelos de referência para metodologias de pesquisa e extensão rural;
- ✓ Capacitar agricultores familiares e comunidades tradicionais sobre educação financeira, empreendedorismo rural, comercialização e mercados de produtos da sociobiodiversidade e mídias sociais;
- ✓ Realizar cursos de capacitação sobre elaboração de projetos socioambientais para captação de recursos para agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Colaborar com a ampliação e fortalecimento da Rede das Casas Familiares Rurais e Escolas Família Agrícola para atendimento as demandas de ensino básico, médio tecnológico e superior com base na pedagogia da alternância;
- ✓ Sensibilizar os agentes da rede pública de ensino municipal, estadual e federal para ampliar a oferta de educação do campo com qualidade e fortalecimento da rede de transporte escolar;
- ✓ Incentivar o ensino da agroecologia, da educação ambiental e adotar a residência rural como uma metodologia de vivência da realidade dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

## 2.6.5 Juventude e mulheres rurais

- ✓ Realizar eventos de capacitação e aperfeiçoamento da qualidade técnica e gerencial de empreendimentos individuais e coletivos de jovens e mulheres rurais;
- ✓ Promover a implantação de quintais produtivos e outras modalidades de sistemas agroflorestais e capacitar jovens e mulheres em estratégias de comercialização através sites para o comércio digital buscando geração de emprego e renda;
- ✓ Aprimoramento e criação de novas linhas de crédito rural, serviços de assistência técnica e extensão rural e lançamento de editais específicos para projetos de apoio à produção, agroindustrialização e comercialização liderados por jovens e mulheres;
- ✓ Articular políticas públicas, programas e projetos sociais nas áreas cultura popular, esporte e lazer voltados ao atendimento das demandas de jovens e mulheres;
- ✓ Promover ações de combate ao feminicídio e todas as demais formas de violência contra as mulheres.

## 2.5.6 Associativismo e cooperativismo

- ✓ Promover capacitação para as associações e cooperativas nos temas de elaboração de projetos para captação de recursos, gestão de empreendimentos coletivos e acesso ao crédito rural, beneficiamento e armazenamento dos produtos da agricultura familiar e acesso aos mercados do PAA e PNAE;
- ✓ Estabelecer uma rede de conexão entre prestadores de serviços e associações e cooperativas para assessoramento contábil e administrativo às cooperativas e associações;
- ✓ Articular o aperfeiçoamento do programa de microcrédito/CredCidadão do Governo do Estado para o atendimento às demandas das associações e cooperativas;
- ✓ Atualizar e regulamentar a Lei do Cooperativismo (Lei 7780 de 2013) que Instituiu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo no Estado do Pará;
- ✓ Propor uma política diferenciada para cobrança do ICMS aplicado as associações e cooperativas de agricultores familiares e comunidades tradicionais beneficiando-as com incentivos fiscais.

## 2.6.7 Assistência técnica e extensão rural

- ✓ Criar um sistema estadual de ATER, no âmbito do CEDRS, para integrar os agentes de ATER público e privado a fim de potencializar o atendimento continuado e de qualidade aos agricultores familiares e comunidade tradicionais.
- ✓ Valorização e envolvimento de fóruns municipais e regionais de comunidades rurais na construção de estratégias de implementação de ações de ATER;
- ✓ Fortalecer a EMATER como prestadora de serviço público gratuito para atendimento prioritário dos agricultores familiares e comunidades tradicionais e estruturá-la para que seja competitiva na captação de recursos em editais, chamadas públicas federais e outros fontes de recurso nacional e internacional;
- ✓ Criar políticas públicas que incluam, valorizem e priorizem jovens profissionais nas contratações das prestadoras de serviço para atuação como agentes comunitários de ATER;
- ✓ Implementar novas metodologias de ATER que valorizem os agricultores familiares inovadores, contemplem a formação e troca de conhecimento entre estes com os demais agricultores familiares e comunidades tradicionais, os bem como na cooperação com instituições de pesquisa para apropriação de novas tecnologias e inovações;

- ✓ Incluir como prioridade na agenda da rede de ATER a emissão de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, elaboração do Cadastro Ambiental rural e demais procedimentos para regularização ambiental;
- ✓ Fortalecer as secretarias municipais de agricultura para que ampliem sua capacidade técnica, e de captação de recursos para prestação de serviços aos agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Apoiar a realização de projetos de extensão universitária com concessão de bolsas para integração de estudantes de graduação e recém-egressos às atividades de ATER como estratégia de ampliação e qualificação do atendimento aos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

### 2.6.8 Crédito rural produtivo e fundiário

- ✓ Ampliar a oferta de crédito rural a partir do aperfeiçoamento das linhas de créditos já existentes (PRONAF em especial) para financiar a implantação de agroindústrias, aquisição de pequenas máquinas e implementos agrícolas,
- ✓ Articular a redução das taxas de juros do BanparáBio promovendo o atendimento a parcela maior de agricultores familiares e comunidades tradicionais, bem como a expansão dos beneficiários do crédito fundiário (PNCF);
- ✓ Criação do seguro rural e um fundo específico para atendimento emergencial à famílias impactadas por acidentes e eventos climáticos;
- ✓ Assegurar que parte dos recursos captados pelo Governo do Estado relacionados atividades de desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas sejam investidos em ações finalísticas para melhorar a capacidade produtiva dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais;
- ✓ Apoiar a negociação das dívidas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais e suas organizações junto aos bancos públicos que operam as linhas de crédito do PRONAF, FNO entre outros;
- ✓ Criar o Plano Safra Estadual para que anualmente sejam anunciados os recursos que o Governo do Estado e instituições parceiras estão destinando ao apoio da agricultura familiar e comunidades tradicionais em sintonia com o Plano Safra Federal;
- ✓ Apoiar em curto prazo a realização de um evento estadual para analisar a situação atual dos programas de crédito produtivo e fundiário para propor ajustes necessários para beneficiar sobretudo os micro e mini produtores familiares e comunidades tradicionais e financiamento da bioeconomia;
- ✓ Qualificar as demandas de crédito rural e fundiário por meio da formalização de parcerias entre bancos de crédito e organizações dos agricultores familiares e comunidades tradicionais (STTRs, Associações e Cooperativas).

## 2.6.9 Regularização fundiária e ambiental

- ✓ Estimular a celebração de acordos entre empresas e bancos detentoras de grandes áreas de terra e o governo do estado para permuta de áreas em troca de amortização de dívidas com o Governo do Estado viabilizando a criação de assentamentos da reforma agrária, territórios quilombolas e unidades de conservação de uso sustentável;
- ✓ Descentralizar o ITERPA e a SEMAS para proporcionar o atendimento mais próximo aos agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Dar celeridade aos processos de regularização fundiária que já foram iniciados no ITERPA facilitando o acesso ao SIGEF e articulação da cooperação entre ITERPA e INCRA;
- ✓ Ampliar o atendimento do Programa Regulariza Pará coordenado pela SEMAS e realizar operações de varredura fundiária de forma conjunta entre os órgãos para acelerar a regulação ambiental e fundiária em “mutirões de regularização”.
- ✓ Criar, em curto prazo, uma câmara técnica de regularização ambiental e fundiária no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para propor o aperfeiçoamento, inovação e concertação de políticas públicas de regularização ambiental e fundiária.
- ✓ Fortalecer a relação da Câmara Estadual de Conciliação Agrária com o CEDRS como mecanismo para acelerar a resolução de conflitos fundiários e ambientais nas áreas da agricultura familiar e comunidades tradicionais do estado.

## 2.6.10 Produção de alimentos saudáveis, transição agroecológica e segurança alimentar

- ✓ Promover debate no CEDRS sobre a criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e sua conexão com o Plano Estadual da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais;
- ✓ Fortalecer a cooperação entre o CEDRS e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CESAN) a fim de potencializar ações de aumento da produção e acesso aos alimentos saudáveis;
- ✓ Promover a micromecanização agrícola (máquinas e implementos de pequeno porte), no preparo de áreas para produção de alimentos como forma alternativa a prática do corte e queima de áreas de floresta;
- ✓ Criar o selo estadual da agricultura familiar e incentivar os processos de certificação da produção agroecológica e orgânica;

- ✓ Fomentar a ampliação da criação de pequenos e médios animais em especial a criação de frangos e galinhas (caipirão e galinha caipira) e criação de abelhas (meliponicultura e apicultura);
- ✓ Apoiar a realização de estudos de viabilidade e orientar a implantação de sistemas de irrigação como tecnologia fundamental para produção diante do contexto de estiagens prolongadas, recorrentes e escassez de água nas áreas da agricultura familiar e comunidades tradicionais;
- ✓ A SEAF deve assumir o papel central de fomentar a distribuição de sementes agrícolas e mudas de espécies medicinais, aromáticas, frutíferas e florestais, bem como incentivar a criação de banco de sementes crioulas;
- ✓ Promover ações de educação alimentar e nutricional como estratégia de valorização dos benefícios de alimentos saudáveis e contribuição para a segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Articular com a SEMAS a revisão da legislação de distribuição, comercialização e uso de defensivos agrícolas para assegurar a proteção das áreas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Viabilizar a universalização da realização de análises de solos e orientação do uso de fertilizantes e corretivos nos cultivos agroflorestais nas áreas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Apoiar a agricultura urbana e periurbana na implantação de quintais produtivos e produção de hortaliças agroecológicas e orgânicas, facilitando o acesso a insumos e implementos;

### 2.6.11 Inovações tecnológicas e acesso a máquinas e insumos agrícolas

- ✓ Apoiar o desenvolvimento e testagem de novas máquinas de pequeno porte para preparo de área e agroindustrialização adequada a necessidade dos agricultores familiares e comunidades tradicionais, a exemplo da iniciativa do Consórcio Nordeste que firmou parceria com indústrias de produção de maquinário da China e UNB;
- ✓ Articular a implantação de uma política estadual de subsídios fiscal e financeiro para acesso de agricultores familiares e comunidades tradicionais a insumos agrícolas como calcário e adubo orgânico;
- ✓ Buscar parceria com órgãos ambientais para tornar mais acessível a licença de outorga da água com exigências legais adequadas a realidade dos AFCT;
- ✓ Apoiar projetos de melhoramento genético de vacas leiteiras para maior adaptação às condições edafoclimáticas da região e aos sistemas de produção da agricultura familiar;

- ✓ Atuar junto aos órgãos de pesquisa para aumentar a eficiência dos sistemas de difusão e apropriação de tecnologias e inovações para torná-las mais acessíveis aos agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Articular com a FAPESPA o aumento de investimentos em pesquisa agroflorestal direcionada ao público da agricultura familiar e comunidades tradicionais;
- ✓ Promover o acesso dos agricultores familiares e comunidades tradicionais às inovações tecnológicas disponibilizadas pela EMBRAPA como a Roça Sem Fogo, Trio da produtividade como boas práticas para o cultivo da mandioca, sistema de cultivo da pimenta-do-reino com tutor vivo, e sistema bragantino, que consiste na produção de culturas anuais em rotação e com técnicas de plantio direto;
- ✓ Promover o acesso dos agricultores familiares e comunidades tradicionais ao manejo do açaí de várzea, plantio de SAFs em terra firme, sistema de irrigação (Irrigapote), criação de abelhas sem ferrão, manejo florestal familiar e comunitário, e integração Lavoura-pecuária-floresta (ILPF) por meio de tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA.

### 2.6.12 Agroindustrialização

- ✓ Apoiar a reativação e implementação de pequenas estruturas individuais e agroindústrias coletivas de armazenamento e processamento tais como: fábrica de polpa de frutas, casa de farinha, casa de mel, mini fábrica de chocolate, beneficiamento da castanha-do-Pará, processamento de grãos e produção de artesanato, entre outros;
- ✓ Promover campanhas de divulgação do selo da produção artesanal, bem como apoiar os agricultores familiares e comunidades tradicionais para regularização sanitária de seus empreendimentos individuais e coletivos;
- ✓ Apoiar a revisão da legislação e normas legais para implantação de agroindústrias da AFCT com vistas a tornar as exigências mais adequadas a necessidade e capacidades dos agricultores familiares e comunidades tradicionais;
- ✓ Apoiar a reestruturação e implantação de sistemas de inspeção sanitária municipal;
- ✓ Criação de um programa estadual de capacitação com foco no processamento e manipulação de produtos da sociobiodiversidade;
- ✓ Articular a implantação de um programa de incentivos fiscais e financeiros para aquisição de máquinas e equipamentos agroindustriais e insumos demandados no beneficiamento dos produtos agricultura familiar e comunidades tradicionais.

### 2.6.13 Comercialização e mercados

- ✓ Contribuir para o aumento da participação os AFCTs nos mercados institucionais do PNAE, PAA e compras públicas por meio da capacitação de gestores municipais para que executem com maior eficiência as chamadas públicas compras da agricultura familiar, bem como capacitação das organizações coletivas da AFCT para participar das chamadas públicas;
- ✓ Apoiar a reestruturação, modernização e implantação de feiras permanentes e itinerantes e circuitos de comercialização nos municípios para ampliar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e comunidades tradicionais;
- ✓ Colaborar com a instalação entrepostos de comercialização e Centrais de Abastecimento nas regiões de integração (CEASAs regionais), com espaços específicos para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e comunidades tradicionais
- ✓ Articular junto a CONAB a atualização permanente da tabela de preços de referência dos produtos da sociobiodiversidade adquiridos pelos seus programas levando em conta as diferenças de preços transacionados local e regionalmente.
- ✓ Propor ao Governo Federal o aumento de 30% para 50% do mínimo exigido para aquisição dos produtos da agricultura familiar e comunidades tradicionais no âmbito do PNAE, bem como contribuir para o fortalecimento dos conselhos municipais de alimentação escolar (CAE);
- ✓ Apoiar a elaboração de planos de negócios, estratégias de marketing e vendas nos mercados, com ênfase para o E-commerce (comércio eletrônico) dos empreendimentos da agricultura familiar e comunidades tradicionais por meio de capacitações e apoio técnico e gerencial realizadas pela EMATER;
- ✓ Articular junto a SEFA o aperfeiçoamento de sistemas de emissão da Notas Fiscais de venda e prestação de serviços para agilizar o atendo das iniciativas de comercialização de produtos e demais negócios da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

## 2.7 Gestão do Plano

### 2.7.1 O papel do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) cumpre papel central na gestão do PEAFACT e foi recriado e recomposto com a finalidade de estabelecer normas e procedimentos, bem como prover os meios necessários ao planejamento, execução e acompanhamento das ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Pará fomentando o desenvolvimento da agricultura familiar, comunidades tradicionais e da reforma agrária dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Portanto, se constituindo como espaço de formulação, acompanhamento e controle social das políticas públicas, programas e projetos relacionados com a AFCT.

O CEDRS é composto por 64 participantes, sendo 32 representantes de instituições governamentais e 32 representantes de organizações não governamentais ligadas a agricultura familiar e as comunidades tradicionais, sendo presidido pela Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF). A sua estrutura composta pela presidência, plenário, secretaria executiva e câmaras técnicas. A peça principal que orienta os trabalhos do CEDRS é o Plano Estadual da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais (PEAFC) com suas demandas e prioridades e no funcionamento do CEDRS, as pautas são apresentadas pela SEAF ou pelos seus componentes e após aprovação em plenário são submetidas às câmaras técnicas para apreciação e proposição de ações.

São órgãos que integram a rede de parceiros do CEDRS, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) que é o órgão colegiado da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e por onde circulam as principais políticas públicas, programas e projetos federais relacionados com a AFCT e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) quando existentes e na sua ausência as Secretarias Municipais de Agricultura ou equivalentes, bem como, a rede de organizações dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais a exemplo da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI Pará), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Pará (FETRAF Pará), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Camponês Popular (MCP) e suas centenas de associações e cooperativas vinculadas.

O Conselho reunir-se-á semestralmente em sessão ordinária para acompanhar o andamento das pautas do PEAFC e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente. Anualmente será realizada uma reunião específica do CEDRS para avaliar os avanços das conquistas previstas no PEAFC e os novos desafios da agricultura familiar e das comunidades tradicionais no Estado do Pará.

## 2.7.2 Plataforma Estadual de Informações sobre Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais

Um tema amplamente debatido durante as Conferências Estaduais foi a “invisibilidade da agricultura familiar e das comunidades tradicionais”. Aparentemente a população, em especial a urbana, não conhece a dimensão e importância da AFCT paraense e, menos ainda, o que esse segmento socioambiental fundamental pode oferecer de produtos e serviços neste novo ciclo de desenvolvimento que o Estado iniciou, a partir de 2020.

Nesse sentido, foi proposta a construção de uma Plataforma Eletrônica que funcione como ferramenta central para sistematização de informação e apoio gestão de políticas sobre a agricultura familiar e comunidades tradicionais no estado. A Plataforma apresentará um mapeamento das organizações socioprodutivas de base com informações atualizadas sobre a oferta de alimentos e produtos da sociobiodiversidade em escala de municípios, portanto, informando “on-line”: i) quais organizações e empreendimentos de AFCT existem em cada município do Pará, ii) suas identificações e contatos, e iii) quantidades e preços dos produtos alimentares e da sociobiodiversidade podem oferecer e em que períodos do ano. Desta forma, acredita-se que será dado um passo importante para enfrentar o problema da invisibilidade da AFCT e se abrirão novas oportunidades de negócios diretos entre produtores e consumidores para os produtos alimentares e da sociobiodiversidade da AFCT. A proposta, ainda a ser definida no CEDRS, é que a SEAF faça a gestão da Plataforma e que a adesão das organizações seja voluntária e sem ônus e que esta seja de livre acesso na internet.

## 2.7.3 Fontes de financiamento.

Visando a sustentabilidade financeira do Plano Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais, uma série de instrumentos e mecanismos econômico-financeiros foram identificados com potencial de apoiar a implementação dos Projetos e Ações do Plano, entre eles: i) a execução de recursos do orçamento dos órgãos do estado destinados ao público agricultura familiar e às comunidades tradicionais ; ii) participação na execução do Programa Territórios Sustentáveis, do Governo do Estado, que já se encontra em andamento, iii) articulação das políticas públicas, já existentes no governo federal para aplicação no estado do Pará, e sua melhor conexão com as ações previstas no PEAFACT (apenas Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024 prevê a aplicação de R\$ 1,4 bilhão); iv) captação de recursos nacionais e internacionais, a exemplo do Fundo Amazônia e outros doadores, bancos de desenvolvimento e ONGs; v) criação de um Fundo Estadual de apoio ao desenvolvimento da AFCT; e vi) criação de Fundos Setoriais (a exemplo do FUNCACAU que apoia o desenvolvimento da cadeia de produção do cacau).

A elaboração dos Planos Safra Estaduais anuais se constitui numa oportunidade de integrar e potencializar os investimentos do Governo do Estado na agricultura familiar e nas comunidades tradicionais e fortalecer o PEAFACT. Para isso, anualmente seriam identificados e juntados os investimentos previstos nas peças orçamentárias (PPA e LOA), programas e projetos das instituições estaduais e, por ocasião, da rotina anual de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar do governo federal, o governo do Estado apresentaria seu Plano Safra anual.



SECRETARIA DA  
**AGRICULTURA FAMILIAR**



GOVERNO DO  
**PARÁ**

